

REPRODUÇÃO E RESISTÊNCIA: AS DENOMINAÇÕES NA ORDEM DO DISCURSO

SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari UNIOESTE

(asferraris@globo.com)

RESUMO: Neste trabalho pretendo, com o auxílio da Análise de Discurso de orientação francesa, teorizada por Michel Pêcheux e reterritorializada por Eni Orlandi, no Brasil, mostrar o funcionamento das denominações e os sítios de significância (ORLANDI: 1996, 15) que são construídos em torno delas em matérias publicadas entre 2005 e 2010 em diversos veículos de comunicação (a saber, as revistas *Caros Amigos*, a *Revista*, encarte do jornal *O Globo*, *Veja*, *Piauí*, *Época*, *Istoé*; e os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*) que trataram da homossexualidade ou de seu estilo de vida. Além disso, pretendo comparar essas denominações com outras produzidas na década de 1980 (também sobre os homossexuais e seu estilo de vida) para compreender como os discursos médico, religioso e legal dessa década continuam produzindo sentidos sobre/nos sujeitos-homoafetivos nos meios de comunicação. No entanto, em outras condições de produção uma nova posição sujeito-cidadão-homossexual produz outros sentidos, estabelece outras discursividades, produz rupturas mesmo quando se utiliza das denominações de duas décadas atrás. É claro que *velhos* sentidos continuam ecoando nos meios de comunicação, no entanto o embate entre formações discursivas é evidente. Para a análise de discurso francesa as denominações não são apenas um aspecto do caráter de designações das línguas (MARIANI 1988), mas representam uma vertente do processo social de produção de sentidos. O lugar do homossexual hoje no Brasil, e no mundo, é ocupado por um sujeito que pode dizer, não apenas o que se diz sobre ele, mas produzir sentidos sobre si, e neste novo lugar construir uma memória do futuro sobre as relações homossexuais. Na década de 1980, o sujeito homossexual não tinha sequer lugar para falar de si nos meios de comunicação analisados (não me refiro aqui à imprensa especializada, ou seja, a produzida pelo e/ou para o público homossexual). Quando falavam, reproduziam os sentidos hegemônicos sobre a sua sexualidade e o seu estilo de vida. A resistência ao discurso hegemônico, na década de 1980, no *corpus* analisado (revistas *Veja*, *Istoé* e *Superinteressante*), era, quase que exclusivamente, encontrada nas cartas enviadas e publicadas nas seções “cartas de leitores” dessas revistas. Vinte anos depois, o lugar do homossexual é outro nos meios de comunicação *oficial*: agora, quase que de forma geral, o homossexual além de mostrar a sua cara, fala sobre si e seu estilo de vida. A homossexualidade deixou exclusivamente de ser masculina: lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros, entre outros sujeitos, compõem uma nova ordem no que diz respeito à sexualidade. As minorias nessas *já-minorias* encontram espaços fora das páginas policiais para significar. Novas denominações e expressões que produzem novos sentidos aparecem nesses textos: homoerotismo, homoafetividade, homocausto, homofobia, homoerotização, homoadoção, parceria civil que anda tomando lugar de casamento (inclusive nos movimentos organizados de grupos homossexuais) orientação sexual, entre outras. Algumas revistas, a *Revista* (encarte do jornal *O Globo*), por exemplo, traz uma coluna com a programação semanal de eventos culturais, diversão, festas para o público gay. Essas colunas inexistiam há duas décadas em revistas ou jornais de circulação nacional. A partir de alguns acontecimentos discursivos o discurso do/sobre a homossexualidade começa a mudar na imprensa: a) Em 1980, a homossexualidade deixou de ser considerada uma doença pela Associação Psiquiátrica Americana. No Brasil, no início de 1985, o Conselho Federal de Medicina passou a homossexualidade para o Código 206.9, sob a denominação “outras circunstâncias psicossociais” – juntamente com o desemprego e o desajuste social; b) Políticas Públicas (principalmente nos oito anos do governo Lula) voltadas para os homossexuais; a organização de movimentos gays lutando pelo reconhecimento de direitos de homossexuais (nome social, direitos civis em algumas capitais); uma norma que regulamenta o registro da união estável em cartórios de pessoas homossexuais em Mato Grosso do Sul; c) A própria Síndrome da Imudodeficiência Adquirida – AIDS - que se colava à homossexualidade na década de 1980 nos meios de comunicação, ressignifica nessa mesma imprensa a discussão sobre sexualidade. Tudo isso

produzindo outros espaços na mídia impressa, sobretudo, para que o sujeito-homossexual fale, não mais a partir da “confirmação” de um discurso médico que o tratava como doente, do religioso que o trata(va) como pecador, do legal que o tratava como criminoso/marginal. Às vezes, como é o caso da *Veja* – 2010 -, produzindo sentidos que apagam o processo desse deslocamento de posição-sujeito. Noutras, num discurso de confronto, explícito, com aqueles discursos médico, religioso e jurídico, colocando-se numa posição que reivindica direitos, reivindica voz e toma decisões.

Palavras-Chave: Sujeito; Análise do discurso, discurso jornalístico, GTDIS.